

Agrupamento de Escolas do Barreiro

Escola Básica de 2º/3º C. D. Luís de Mendonça Furtado



Projeto Curricular de Escola

2011/12

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

1- DO PROJETO EDUCATIVO AO PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA

- 1.1 – Caracterização da comunidade educativa
- 1.2 – Identificação de problemas
- 1.3 – Articulação
- 1.4 – Objetivos
- 1.5 – Competências específicas e Competências gerais

2- PRIORIDADES EDUCATIVAS

3- GESTÃO CURRICULAR – COMPONENTES DO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

3.1 - Primeiro Ciclo do Ensino Básico

- Desenho Curricular
- Organização horária
- Atividades de enriquecimento curricular
- Apoios educativos
- Plano de Ocupação dos Tempos Escolares – POTE

3.2 - Segundo e Terceiro Ciclos do Ensino Básico

- Desenho Curricular
- Organização horária
- Atividades de enriquecimento curricular
- Núcleo de apoios educativos
- Plano de Ocupação dos Tempos Escolares – POTE

3.3 - Novas Oportunidades

- Oferta educativa
 - Oferta Educativa e Desenho Curricular
 - Organização horária
- Cursos de Educação e Formação de Adultos
 - Oferta Educativa e Desenho Curricular
 - Organização horária

4- DEPARTAMENTOS CURRICULARES

- 4.1 – Línguas
- 4.2 – Ciências Sociais e Humanas
- 4.3 – Matemática e Ciências Experimentais
- 4.4 – Expressões
- 4.5 - Novas Oportunidades

5- ÁREAS CURRICULARES NÃO DISCIPLINARES

5.1 - Estudo Acompanhado

5.2 - Formação Cívica

6- BIBLIOTECA ESCOLAR

7- PROJETOS

7.1 - PNL

7.2 - PAM

7.3 - PES

7.4 – Plano Tecnológico da Educação – PTE

7.5 – SATA

7.6 - Terceira Hora de Direção de Turma

8- AVALIAÇÃO DOS ALUNOS

8.1-Primeiro Ciclo

Critérios de avaliação

Avaliação das Competências Gerais Operacionalizadas Transversalmente (Indicadores comportamentais)

Avaliação das Competências Específicas

Escala de Classificação da Avaliação Formativa

Avaliação nas Áreas Curriculares Não Disciplinares

8.2 Segundo e Terceiro Ciclos

Critérios de avaliação

Avaliação das Competências Gerais Operacionalizadas Transversalmente (Indicadores comportamentais)

Avaliação das Competências Específicas

Escala de Classificação da Avaliação Formativa

Avaliação nas Áreas Curriculares Não Disciplinares

Procedimentos param o registo da avaliação

Critérios de Progressão/Retenção nos 2º e 3º Ciclos – 5º, 6º, 7º e 8º Anos

Avaliação Sumativa Interna

Critérios específicos a observar no 3º período

Medidas para a Recuperação das Aprendizagens

8.3- Novas Oportunidades

Critérios de avaliação

9- ORIENTAÇÕES PARA O PROJETO CURRICULAR DE TURMA

10-AVALIAÇÃO DO PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA

INTRODUÇÃO

O quadro da crescente autonomia das escolas impõe que as estratégias de desenvolvimento do currículo nacional, se adaptem ao contexto de cada escola, pelo que deverão ser objeto de um Projeto Curricular de Escola. O mesmo visa concretizar as linhas orientadoras explicitadas no Projeto Educativo.

Estes documentos definidores da política própria de cada escola, são projetados pelo Conselho Pedagógico, e estão previstos no Decreto-lei n.º 6 de 2001, de 18 de janeiro. Muito embora, na legislação (DL n.º 75/2008, de 22 de abril), o PCE não seja referido como um dos instrumentos de autonomia.

1- DO PROJETO EDUCATIVO AO PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA

1.1– Caracterização da comunidade educativa

A Escola Básica dos 2º e 3º ciclos de D. Luís Mendonça Furtado, com valência do 1º ciclo, é a Escola Sede do Agrupamento de Escolas do Barreiro.

Para a caracterização do contexto escolar foram utilizados os dados globais da Escola Sede de setembro de 2011 e constam nos quadros 1 e 2.

1º Ciclo			2º Ciclo			3º Ciclo		
Nº de Turmas	Anos de escolaridade	Nº de alunos	Nº de Turmas	Anos de escolaridade	Nº de alunos	Nº de Turmas	Anos de escolaridade	Nº de alunos
1	1º	22	5	5º	118	6	7º	155
1	2º	22	6	6º	143	5	8º	101
1	3º	24				4	9º	93
1	4º	22						

Quadro 1: N.º de Turmas; alunos por ano de escolaridade.

Pessoal Docente		Pessoal Não Docente	
QE	66	Pessoal Administrativo	8
Contratado	13	Assistentes operacionais	19

Quadro 2: N.º de professores e funcionários

Dada a especificidade da duração dos cursos de Adultos, a população escolar que os frequenta varia muito ao longo do ano letivo. Em setembro de 2011 estavam inscritos nos cursos de Adultos 123 formandos.

Relativamente ao enquadramento físico e à caracterização do edifício da Escola Sede do Agrupamento (Escola Básica dos 2º e 3º ciclos D. Luís de Mendonça Furtado) o mesmo foi inaugurado em junho de 2000.

Para além das salas de aula tradicionais, existem salas específicas, como sejam: salas de Educação Visual e Tecnológica/ Educação Visual (EVT/EV); oficinas para Educação Tecnológica; sala de TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação); Laboratórios de Ciências Naturais e de Ciências Físico – Químicas e sala de Educação Musical. A escola possui ainda espaços como a Biblioteca Escolar; sala de estudo, Serviço de Atendimento a Alunos (SATA); gabinete de Educação Especial; gabinetes de trabalho dos Departamentos, duas salas de Diretores de Turma (uma para o atendimento aos Encarregados de Educação); espaço de convívio para os alunos, sala de professores, reprografia, papelaria, cantina, bufete, auditório, espaços desportivos exteriores, um ginásio e um pavilhão gimnodesportivo.

Na Escola está, também, instalado o Centro de Formação de Escolas dos Concelhos do Barreiro e Moita.

1.2 – Identificação de problemas

Com base no diagnóstico realizado, aquando da elaboração do PE, salientam-se como principais fragilidades, da escola, os seguintes aspetos: segurança nos recintos escolares; indisciplina, desrespeito de regras e de convivência; deficiências em espaços e recursos (humanos e financeiros); desinteresse e dificuldades de aprendizagem dos alunos; fraco envolvimento dos delegados de turma e dos pais e Encarregados de Educação; articulação vertical e sequencialidade entre ciclos; resultados positivos nas disciplinas com avaliação externa; sucesso escolar e resultados de avaliação em algumas disciplinas.

1.3 – Articulação

O P.E. define princípios e linhas orientadoras gerais, assentes nas características da comunidade educativa, de acordo com as orientações nacionais. Assim, para dar resposta aos problemas identificados, estabelece princípios, orientações e metas a atingir que permitem dar a melhor resposta educativa, nos vários domínios à nossa comunidade.

As políticas educativas definidas no PE constituem o suporte para a concretização do Projeto Curricular de Escola.

Neste contexto, o PCE é um documento que consagra as orientações para se adequar o Currículo Nacional do Ensino Básico à Escola, ao contexto sociocultural e económico do meio onde a escola se insere, e estabelece a matriz para a elaboração dos Projetos Curriculares de Turma que são concebidos, implementados e avaliados pelos respetivos Professores Titulares de Turma (1º ciclo) e Conselhos de Turma (2º e 3º ciclos), cuja coordenação é da responsabilidade, no 1º ciclo, do Professor Titular de Turma e do Diretor de Turma nos 2º e 3º ciclos.

O P.C.E. e os P.C.T's são os instrumentos de gestão pedagógica da escola, estimulam a reflexão e a análise dos processos de ensino-aprendizagem, bem como o trabalho cooperativo entre os professores (e mesmo entre outros intervenientes educativos) propiciador de intervenções de melhor qualidade.

A estrutura do Projeto Curricular de Escola apresenta-se como um conjunto de procedimentos e ações de construção coletiva, que consubstanciam as orientações curriculares nacionais em propostas globais de intervenção pedagógico-didáticas, adequando-as ao contexto da nossa Escola, tendo em conta as necessidades e características dos alunos. Este trabalho realiza-se no seio dos departamentos, através da articulação e sequencialidade dos conteúdos, numa ótica integrada e interdisciplinar de saberes.

1.4 – Objetivos

O Projeto Curricular de Escola é o documento orientador para o desenvolvimento do Currículo Nacional. Tem como objetivos: estabelecer estratégias de adequação ao contexto da escola, privilegiar a educação para a cidadania, integrar e articular na oferta educativa da escola experiências de aprendizagem diversificadas, criar espaços de envolvimento dos alunos e assegurar atividades de apoio ao estudo.

1.5 – Competências gerais e Competências específicas

Competências gerais*

As Competências gerais a desenvolver ao longo do ensino básico são:

1. Mobilizar saberes culturais, científicos e tecnológicos para compreender a realidade e abordar situações e problemas do quotidiano;
2. Usar adequadamente linguagens das diferentes áreas do saber cultural, científico e tecnológico, para se expressar;
3. Usar corretamente a língua portuguesa para comunicar de forma adequada e para estruturar pensamento próprio;

4. Usar línguas estrangeiras para comunicar adequadamente em situações do cotidiano e para apropriação de informação;
5. Adotar metodologias personalizadas de trabalho e de aprendizagem adequadas a objetivos visados;
6. Pesquisar, selecionar e organizar informação para transformar em conhecimento mobilizável;
7. Adotar estratégias adequadas à resolução de problemas e à tomada de decisões;
8. Realizar atividades de forma autônoma, responsável e criativa;
9. Cooperar com os outros em tarefas e projetos comuns;
10. Relacionar harmoniosamente o corpo com o espaço, numa perspectiva pessoal e interpessoal promotora da saúde e da qualidade de vida.

*in Currículo Nacional do Ensino Básico, Ministério da Educação.

Competências específicas

As Competências Específicas dizem respeito a cada uma das áreas disciplinares e disciplinas, no conjunto dos três ciclos e em cada um deles.

2- PRIORIDADES EDUCATIVAS

As prioridades educativas apresentadas no Projeto Educativo são referências para as ações e atividades concretas incluídas nos Projetos Curriculares de Escola, no Plano Anual de Atividades e nos Projetos Curriculares de Turma.

As prioridades educativas que a seguir se apresentam foram definidas tendo em atenção cada uma das três áreas prioritárias identificadas no PE:

- 1) Área Prioritária A – Qualidade e sucesso escolar;
- 2) Área Prioritária B – Cidadania e ambiente escolar;
- 3) Área Prioritária C – Relação da escola com a comunidade.

Na área prioritária **A - Qualidade e sucesso escolar** – para atingir os objetivos explicitados é importante:

a) Promover encontros temáticos entre os docentes dos vários ciclos, da mesma área disciplinar, articulando horizontal e verticalmente a Educação pré-escolar e os três ciclos do ensino básico.

b) Continuar a privilegiar o envolvimento em projetos/concursos.

c) Respeitar as indicações da CP sobre a constituição de turmas, as quais devem contemplar, entre outros aspetos, os referidos no quadro 3.

Aspetos a considerar na constituição de turmas
Manter os grupos/ turmas provenientes do mesmo estabelecimento de ensino
Dar continuidade às turmas constituídas no ano letivo anterior, salvo indicação contrária, devidamente fundamentada, dos CT e Direção, de acordo com a caracterização da turma, incluída no PCT;
Os alunos retidos, dentro do mesmo estabelecimento de ensino, devem ser incluídos nas turmas de acordo com as indicações dos CT e Direção; numa distribuição equilibrada.

Quadro 3: Constituição de turmas.

e) Dar continuidade ao PNL e ao PAM.

f) Premiar e divulgar junto da Comunidade Educativa o bom desempenho dos alunos;

g) Trabalhar os PCT's de acordo com o tema/eixo transversal aglutinador definido em CP.

Na área prioritária **B – Cidadania e ambiente escolar** – para atingir os objetivos é importante:

a) Dar continuidade ao SATA, privilegiando as ações capazes de prevenir a indisciplina, melhorando a convivência escolar;

b) Continuar a desenvolver o Projeto de Educação para a Saúde (PES) e sua transversalidade;

c) Investir na formação dos Assistentes operacionais;

d) Solicitar a colaboração da Associação de Pais para, em regime de voluntariado, prestar alguns serviços: na área de embelezamento e manutenção das zonas verdes; instalação de uma horta pedagógica; restauração e manutenção das instalações e do mobiliário; acompanhamento dos alunos em determinados momentos e locais, nomeadamente na entrada e saída da Escola, no refeitório e bar; dinamização pontual do espaço da BE/CRE.

Na área prioritária **C – Relação da escola com a comunidade** – para atingir os objetivos é importante:

a) Continuar a aderir/promover campanhas comunitárias de solidariedade;

b) Continuar a solicitar a participação dos EE aquando da divulgação dos trabalhos dos seus educandos, promovida pelos professores;

c) Dar continuidade à participação da escola nas iniciativas promovidas pelas diferentes entidades de âmbito cultural, desportivo e de lazer.

d) Dinamizar as parcerias e protocolos com diversas entidades.

3- GESTÃO CURRICULAR – COMPONENTES DO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

3.1 - Primeiro Ciclo do Ensino Básico

Desenho Curricular

De acordo com a legislação em vigor e com o perfil dos alunos deste ciclo de ensino, apresenta-se, no quadro 4, a organização das diversas áreas curriculares disciplinares e não disciplinares do currículo, bem como as cargas horárias e a distribuição do serviço docente.

Componentes do currículo - 1º Ciclo	
Educação para a Cidadania	Áreas curriculares disciplinares de frequência obrigatória (a): Língua Portuguesa Matemática Estudo do Meio Expressões: - Artísticas - Físico-motora
	Áreas curriculares não disciplinares: Área de Projeto Estudo Acompanhado Formação Cívica Total: 25 horas
	Área curricular disciplinar de frequência facultativa (b): - Educação moral e religiosa (b) Total: 1 hora
	Total: 26 horas
Formação Pessoal e Social	Atividades de enriquecimento curricular (c):

- (a) Estas áreas devem ser desenvolvidas em articulação entre si e com as áreas disciplinares, incluindo uma componente de trabalho dos alunos com as tecnologias de informação e da comunicação, e constar explicitamente no projecto curricular de turma.
- (b) Nos termos do nº 5 do artigo 5º.
- (c) Atividades de caráter facultativo, nos termos do artigo 9º., incluindo uma possível iniciação a uma língua estrangeira, nos termos do nº1 do artigo 7º.
- O trabalho a desenvolver pelos alunos integrará, obrigatoriamente, atividades experimentais e atividades de pesquisa adequadas à natureza, das diferentes áreas, nomeadamente no ensino das ciências.

Quadro 4: Organização curricular, do 1.º ciclo.

Tendo presentes os princípios gerais e os princípios ínsitos no Decreto-Lei nº6/2001, de 18 de janeiro determinou-se o seguinte: Língua Portuguesa – 8 horas letivas de trabalho semanal, incluindo uma hora diária para a leitura; Matemática – 7 horas letivas de trabalho semanal; Estudo

do Meio – 5 horas letivas de trabalho semanal; Área de Expressões e Áreas curriculares – 5 horas letivas.

A distribuição dos tempos letivos é realizada de forma flexível ao longo da semana respeitando a carga letiva definida pela legislação em vigor.

O professor titular de turma sumaria cada área disciplinar lecionada em cada dia, registando as atividades desenvolvidas.

Organização horária

As áreas não disciplinares são lecionadas, preferencialmente, no período final do horário de funcionamento das atividades (quadro 5).

09:00	Início das Atividades Letivas
12.30 -13.30	Almoço
15:30	Saída
15:45 - 17:30	Atividades de Enriquecimento Curricular

Quadro 5: Horário de funcionamento do 1º ciclo

Atividades de enriquecimento curricular

A entidade promotora das atividades de enriquecimento é a Associação de Pais e Encarregados de Educação. A entidade prestadora de serviço é Empresa Edugep que contrata os docentes.

Neste ano lectivo serão desenvolvidas as actividades: Actividade Física e Desportiva, Inglês, Expressões e Informática.

Plano de ocupação dos tempos escolares- - 1º ciclo

Em situação de falta prevista ou imprevista, o professor que vai faltar deve informar o órgão de gestão que deverá providenciar a substituição do docente, designando preferencialmente um professor do primeiro ciclo, recorrendo aos professores que prestam apoio socioeducativo ou a outros docentes cujo horário lhe permite assegurar este serviço.

Na impossibilidade de se cumprir o anteriormente referido, os alunos deverão ser distribuídos pelas turmas existentes.

3.2 - Segundo e Terceiro Ciclos do Ensino Básico

Desenho Curricular

De acordo com as orientações da LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo - o desenho curricular do ensino básico procura contribuir para a articulação entre os três ciclos e para assegurar o percurso sequencial do aluno.

Os quadros 6 e 7 resumem a organização curricular para os 2.º e 3.º ciclos, com as componentes do currículo e a respetiva carga horária semanal.

2º Ciclo

Componentes do Currículo		Carga Horária (a)					
		5º ano		6º ano		Total do Ciclo	
		X 45 min	X 90 min	X 45 min	X 90 min	X 45 min	X 90 min
Educação para a Cidadania	Áreas Curriculares Disciplinares:						
	Línguas e Estudos Sociais						
	- Língua Portuguesa		3		3		6
	- Língua Estrangeira-	1	1	1	1	2	2
	-História e Geografia de Portugal	1	1	1	1	2	2
	Matemática e Ciências						
	- Matemática		3		3		6
	- Ciências da Natureza	1	1	1	1	2	2
	Educação Artística e Tecnológica						
	- Educação Visual e Tecnológica		2		2		4
- Educação Musical		1		1		2	
Educação Física	1	1	1	1	2	2	
Formação Pessoal e Social	Educação Moral e Religiosa	1		1		2	
	Área Curricular Não Disciplinar						
	- Estudo Acompanhado	1	1	1	1	1	1
	- Formação Cívica						
	Total	33(34)	16,5 (17)	33 (34)	16,5 (17)	66 (68)	33 (34)
	Atividades de Enriquecimento						

Quadro 6: Organização curricular para o 2º ciclo

3º Ciclo

Componentes do Currículo		Carga Horária (a)							
		7º ano		8º ano		9ºano		Total do ciclo	
		X45m in	X90min	X45m in	X90m in	X45 min	X90min	X45min	X90min
Educação para a Cidadania	Áreas Curriculares Disciplinares Línguas e Estudos Sociais - Língua Portuguesa..... - Língua Estrangeira - LE1 Inglês -LE2 Francês	1	2	1	2	1	2	3	6
		1	1		1	1	1	2	3
		1	1	1	1	2	1	4	2
	Ciências Humanas e Sociais - História - Geografia	1	1	1	1	1	1	3	3
		2		2		2		6	
	Matemática	1	2		3	1	2	2	7
	Ciências Físicas e Naturais - Ciências Naturais - Físico-Química		2		2		2		6
			2		2	1	2	1	6
	Educação Artística - Educação Visual - Outra disciplina (oferta de escola) Expressão Plásticas		1				1	1	3
		1		1	1			1	2
	Educação Tecnológica		1		1				2
	Educação Física	1	1	1	1	1	1	3	3
Introdução às Tecnologias de Informação e Comunicação	-	-	-	-		1		1	
Formação pessoal e Social	Educação Moral e Religiosa (e) Área curricular não disciplinar Formação Cívica	1	0,5	1	0,5	1	0,5	3	
	Total A decidir pela escola – Apoio ao Estudo	32 (33) 1	16 (16,5)	32 (33) 1	16 (16,5)	34 (35) 1	17 (17,5)	98 (101) 3	49 (50,5)
	Máx. Global Atividades de enriquecimento	35	17,5	35	17,5	36	18	106	53

Quadro 7: organização curricular para o 3.º ciclo.

Organização horária

A organização horária pode contemplar no período da manhã, no máximo seis tempos letivos (quadro 8). Os restantes tempos deverão ser distribuídos de forma a poder contemplar, no mínimo, duas tardes sem atividades letivas, para cada turma.

As atividades letivas devem ter o seu início às 08:20h e terminarem às 17:00h (ou 17: 50h excepcionalmente). O período da tarde, de quarta-feira, deverá ser reservado para a realização das atividades de Desporto Escolar e outras de enriquecimento do currículo, bem como para a realização de reuniões de docentes.

08:20	Início das Atividades Letivas
Almoço	12.00 h - 14.00 h
17:00	Intervalo/saída
17:50	Atividades Letivas

Quadro 8: Horário de funcionamento dos 2.º e 3.º ciclos.

Na elaboração dos horários devem ser considerados, entre outros aspetos: a distribuição das áreas curriculares de forma equilibrada ao longo da semana; a distribuição das disciplinas de línguas estrangeiras de forma não consecutiva; as aulas de Educação Física só deverão ser lecionadas duas horas após o período de almoço do respetivo grupo/turma; a atribuição de dois blocos consecutivos ao mesmo professor na mesma turma deve ser evitada; deve ser atribuído o mínimo possível de níveis de ensino a cada professor; a área de Formação Cívica deve ser atribuída, preferencialmente, ao diretor de turma; as aulas das disciplinas que têm obtido maiores taxas de insucesso devem ser lecionadas, preferencialmente, no período da manhã (LP, MAT, ING e CFQ); a continuidade pedagógica do professor e do DT, deve ser mantida, salvo situações excecionais, devidamente fundamentadas; os horários dos professores e dos alunos, de cada turma, devem contemplar aulas de reforço das aprendizagens nas disciplinas de LP e MAT no âmbito da componente não letiva.

Os aspetos enumerados anteriormente devem ser anualmente, objeto de análise e aprovação pelo Conselho Pedagógico, conforme legislação em vigor.

Atividades de enriquecimento curricular

A Escola proporciona aos alunos a frequência de atividades didáticas com uma vertente lúdica ou desportiva – Clubes e Desporto Escolar – e também, atividades de reforço das aprendizagens (quadro 9). Estas atividades são um importante contributo para dar resposta às três áreas prioritárias do PE.

Atividades		Funcionamento / horário
*Aulas de reforço de LP		45' marcados no horário da turma, preferencialmente pelo professor da disciplina
*Aulas de reforço de Matemática		45' marcados no horário da turma, preferencialmente pelo professor da disciplina
Português Língua não Materna - Ensino específico da LP para alunos estrangeiros.		De acordo com as necessidades
Apoio individualizado a alunos com NEE		De acordo com as necessidades
Tutoria		De acordo com as necessidades
Desporto Escolar	Multiactividades	2.ª- feira à tarde, ao longo do ano, de forma a que todas as turmas participem
	Remo	Estas modalidades funcionam por inscrição voluntária dos alunos que realizam treinos semanais e representam a escola nas competições.
	Basquetebol	
	Futsal	
Clubes	Jogos matemáticos	De acordo com o número de tempos solicitados nos respetivos projetos aprovados em CP
	Madeiras	
	Cerâmica	
	Artes	
	Clube da Musica;	

Quadro 9: Atividades de enriquecimento curricular.

* Aulas de frequência para alunos propostos pelos respetivos professores e outros alunos que em determinado momento sintam necessidade de as frequentar.

Plano de Ocupação dos tempos escolares – POTE - 2º e 3º ciclos

Na situação de ausência prevista do docente, na aula do POTE é aplicada a planificação deixada pelo docente e são realizadas as atividades pensadas pelo mesmo.

Para que a POTE funcione de uma forma mais eficaz e proveitosa, na medida em que diminui substancialmente a possível diferença entre o número de aulas previsto e dado, não lesando o processo de ensino e aprendizagem dos alunos, sempre que um professor consiga prever a sua ausência deverá providenciar a permuta com outro professor do Conselho de Turma.

As trocas só se efetuam entre aulas com a mesma duração. O professor que vai faltar deve comunicar a situação à direção, e informar os alunos para que estes se façam acompanhar dos materiais necessários à aula a que irão, efetivamente, assistir.

No caso de não ser possível efetuar esta permuta, o POTE far-se-á de acordo com o estipulado para as faltas imprevistas de um professor. Em cada tempo de 45 deverá existir um docente destinado a este serviço. Os trabalhos desenvolvidos pelos alunos são propostos e planificados pelo Conselho de Turma.

No livro de ponto da turma deve seguir-se o exemplo:

b) _____ z° Ano, Turma ℓ		REGISTO DIÁRIO DA TURMA		Ano letivo <u>07/08</u> Data <u>11/06/08</u>
DISCIPLINA	HORA	SUMÁRIO	FALTAS ALUNOS N.º	RUBRICA DO DOCENTE
LP Troca com Mat em <u>13/06/08</u> Lição nº <u>96</u> <u>e97</u>	8:15 9:45	Registo do Sumário de Matemática	4, 7, 19	

b) _____ z° Ano, Turma ℓ		REGISTO DIÁRIO DA TURMA		Ano letivo <u>07/08</u> Data <u>13/06/08</u>
DISCIPLINA	HORA	SUMÁRIO	FALTAS ALUNOS N.º	RUBRICA DO DOCENTE
Mat Troca com LP em <u>11/06/08</u> Lição nº <u>84</u> e <u>85</u>	8:15 9:45	Registo do Sumário de Língua Portuguesa	3, 11, 17	

3.3 Novas Oportunidades

Oferta educativa

A formação neste nível de ensino compreende os cursos de Educação e Formação de Adultos (Cursos EFA B1, B2, B3), Formações Modulares (B2 e B3), Programa de Formação em Competências Básicas e Cursos de Português para Falantes de Outras Línguas.

Os Cursos de Educação e Formação de Adultos (Cursos EFA) destinam - se a promover, através da redução dos défices de qualificação da população adulta, uma cidadania participativa e de responsabilidade, bem como a empregabilidade e a inclusão social e profissional dos formandos.

Na escola funcionam os cursos correspondentes aos níveis de desenvolvimento B1, B2 e B3 com equivalência respetivamente ao primeiro, segundo e terceiro ciclos, organizadas em unidades de competências. Estes cursos destinam-se a todas as pessoas com idade igual ou superior a 18 anos.

Os cursos EFA, de habilitação escolar, compreendem uma formação de base que integra quatro áreas de competências chave: Linguagem e Comunicação (LC), Matemática para a Vida (MV), Cidadania e Empregabilidade (CE) e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). As áreas referidas constam do referencial de competências chave, para a educação e formação de adultos de nível básico. Os formandos selecionam, de acordo com as suas vivências, uma temática como eixo principal para o desenvolvimento do seu trabalho, integrando transversalmente todas as áreas de competências chave.

O processo formativo dos cursos EFA de nível básico, B1, B2 e B3, integram ainda o módulo «Aprender com Autonomia». É organizado em três unidades de competência, centradas, na sua globalidade, no recurso a metodologias que proporcionem aos formandos as técnicas e os instrumentos de autoformação assistida e facilitem a integração e o desenvolvimento de hábitos de trabalho de grupo, bem como a definição de compromissos individuais e coletivos.

As **Formações Modulares** são uma nova oportunidade para os formandos ampliarem os seus conhecimentos, rentabilizando as suas potencialidades, na dupla perspetiva de desenvolvimento integral do homem e da sua participação ativa na sociedade e tem como finalidade o desenvolvimento de atitudes positivas face à formação, às necessidades de aperfeiçoamento e valorização pessoal e social.

Os cursos de Formação Modular são no âmbito das TIC.

Os **Cursos de Formação em Competências Básicas** visam fundamentalmente o combate ao analfabetismo e promovem o desenvolvimento das capacidades de leitura, escrita e cálculo.

Os cursos de Português para falantes de outras línguas visam promover a melhoria do conhecimento da língua portuguesa tanto falada como escrita, partindo de situações do quotidiano.

Nenhum dos cursos constitui um processo de obtenção de grau académico, mas possibilitam o reconhecimento e validação da formação realizada.

3.3.1 Mediadores

A Equipa Pedagógica da turma dos cursos NO é constituída pelo mediador e pelo grupo de formadores responsáveis por cada uma das áreas de competências - chave que integram a formação.

As competências da Equipa Pedagógica e o seu funcionamento constam nos artigos 75.º e 76.º do Regulamento Interno. O funcionamento de cada Equipa Pedagógica é assegurado por um Mediador de Equipa Pedagógica, designado pelo Diretor, cujas competências constam dos artigos 77.º e 78.º do RI.

O representante dos mediadores tem assento em Conselho Pedagógico

4 - DEPARTAMENTOS CURRICULARES

4.1 – Línguas

O Departamento de Línguas é constituído por docentes que lecionam as seguintes disciplinas: Língua Portuguesa - 2º ciclo (grupo 210) e 3º ciclo (grupo 300); Inglês - 2º ciclo (grupo 220) e 3º (grupo 330) ciclo; Francês 3º ciclo (grupo 320); Alemão e Português Língua não Materna - 2º e 3º ciclos.

No que diz respeito à articulação vertical de conteúdos, esta é feita entre os docentes que lecionam a mesma disciplina. Em momentos estabelecidos, pretende-se fazer a articulação vertical de acordo com a proposta do Projeto Educativo.

Transversalmente, a articulação é feita no âmbito dos PCT's.

4.2 – Ciências Sociais e Humanas

O Departamento é constituído por docentes que lecionam as seguintes disciplinas de E.M.R.C - 2º e 3º Ciclos (290), H.G.P - 2º Ciclo (200), História - 3º Ciclo (400) e Geografia - 3º Ciclo (420).

A articulação de conteúdos é concretizada verticalmente e horizontalmente entre os professores de: HGP - História/ Geografia, História – Geografia, História – História e Geografia – Geografia; numa tentativa de evitar repetições, adequar o desenvolvimento dos conteúdos ao nível etário dos alunos e maximizar os resultados do processo de ensino aprendizagem.

4.3 – Matemática e Ciências Experimentais

O Departamento Curricular de Matemática e Ciências Experimentais é constituído pelos docentes que lecionam as seguintes disciplinas: Ciências da Natureza e Matemática - 2º Ciclo (230); Ciências Naturais - 3º Ciclo (520); Ciências Físico-Químicas - 3º Ciclo (510); Matemática - 3º ciclo (500); Tecnologias de Informação e Comunicação - 3º Ciclo (550).

A articulação de procedimentos é contínua e sistemática e concretiza-se da seguinte forma:

- Arranque do ano letivo:

Avaliação das Competências Específicas por aluno do 4º ao 9º ano;

Avaliação diagnóstica aferida, por disciplina do departamento e ano de escolaridade.

• Durante o ano letivo:

- Reunião geral mensal e formal de todos os docentes do departamento que assegura a dinâmica organizacional do departamento, a aferição de critérios e de procedimentos;
- Reunião parcelar semanal e informal das cinco Equipas de Trabalho Cooperativo - ETC onde, organizados por disciplina, por ciclo ou por ano de escolaridade, os docentes efetuam todo o trabalho de sequencialidade, articulação de conteúdos, estratégias, atividades, recursos, materiais, calendarização conjunta da avaliação formativa e de análise reflexiva sobre as práticas.
- Avaliação formativa aferida, por disciplina e ano de escolaridade;

• Encerramento do ano letivo:

- Balanço do ano letivo (resultados, competências, atividades,...);
- Autoavaliação do Departamento nos diversos domínios;

4.4 – Expressões

O Departamento é constituído pelos docentes que lecionam as seguintes disciplinas: Educação Visual e Tecnológica 2.º ciclo – (240); Educação Musical 2.º e 3.º ciclos (250); Educação Tecnológica 3.º ciclo (530); Educação Visual e Expressão Plástica 3.º ciclo (600); Educação Física 2.º ciclo (260); Educação Física 3.º ciclo (620); e Educação Especial (910) e Intervenção Precoce (100).

A articulação vertical de conteúdos é feita de acordo com o perfil de competências consideradas essenciais e estruturantes no âmbito do desenvolvimento do currículo nacional, para cada um dos ciclos do ensino básico e o perfil de competências de saída deste nível de ensino. A articulação horizontal de conteúdos é trabalhada essencialmente no âmbito dos PCT's.

4.4.1 - Núcleo de Educação Especial

O Núcleo de Educação Especial dispõe de uma representação com assento no Conselho Pedagógico.

Na escola sede do agrupamento exercem funções três docentes do Núcleo de Educação Especial que asseguram o apoio aos alunos dos 1º, 2º e 3º ciclos.

Os alunos com Necessidades Educativas Especiais, de caráter permanente, abrangidos pelo dispositivo legal DL n.º 3/2008, de 7 de janeiro são apoiados pelas docentes do núcleo de

Educação Especial, cujas medidas de apoio são definidas de acordo com as necessidades dos discentes.

4.4.1.1 Intervenção Precoce

O Agrupamento de Escolas do Barreiro é o Agrupamento de referência para a Intervenção Precoce dos concelhos de Barreiro e Moita, funcionando com crianças, técnicos e docentes.

Enquanto o Ministério da Educação e Ciência é responsável pela colocação das educadoras de Intervenção Precoce, as entidades promotoras dos Projetos são responsáveis pela afetação de técnicos.

A distribuição de casos e respetivos locais de atendimento são decididos na reunião de equipa de intervenção direta do respetivo Projeto.

Dado que o serviço prestado implica a itinerância das educadoras, a distribuição de novos casos poderá ter em conta a proximidade dos locais de atendimento, facilitando a rentabilização de tempo de deslocação e de custos, suportados pelas mesmas.

A prestação de serviço das educadoras pressupõe o desenvolvimento de um trabalho de equipa, que exige uma dinâmica regular de articulação com técnicos de diferentes áreas (equipa multidisciplinar), sendo que, como responsáveis de caso, as educadoras assumem a ação direta com as famílias/crianças, e têm como suporte a restante equipa. Quando a intervenção decorre em contexto educativo, cabe ainda à educadora da IP articular com a educadora responsável do grupo/turma.

As educadoras articulam também com a representante do Núcleo de Educação Especial do Agrupamento, com a Coordenadora do Departamento em que o mesmo está inserido, e com as outras educadoras de Intervenção Precoce, integradas nos outros projetos.

Na Intervenção precoce a referenciação/sinalização "... é feita às equipas da intervenção precoce, designadamente por solicitação da família, por profissionais da saúde, da educação e da ação social, bem como por profissionais de outros serviços ou de instituições particulares de solidariedade social ou cooperativas de solidariedade social através de informação sobre a situação da criança e outra tida por conveniente." (Ponto 7.1., Despacho conjunto nº 891/99).

A referenciação/sinalização pode ser solicitada à Escola Sede do Agrupamento, sendo posteriormente dirigida à equipa do concelho a que a criança referenciada pertence.

O número de crianças/alunos apoiados pelas educadoras de IP ou pelas docentes de Educação Especial da escola sede pode oscilar durante todo o ano letivo, uma vez que a qualquer altura podem ser apresentadas novas referenciações.

As educadoras integram a equipa de intervenção direta, de constituição multidisciplinar e participam, desde a fase de referenciação/sinalização, na avaliação da criança.

4.4.1.2 Educação especial

A Educação Especial na escola destina-se, primordialmente, a promover a integração plena, na escolaridade regular, dos alunos com necessidades educativas.

A distribuição das docentes pelas escolas e ciclos de ensino é feita de acordo com a decisão do Órgão de Direção do Agrupamento, depois de ouvida a Coordenadora do Núcleo. Sempre que possível, é assegurada a continuidade pedagógica.

Todas as decisões (apoio a prestar ao aluno, número de horas, medidas e respostas educativas, formas de avaliação a aplicar) são tomadas em reunião pluridisciplinar prevista no artigo 10º, do Decreto-lei 3/2008 de 7 de Janeiro (após consulta do conselho de turma, no caso do 2º e 3º ciclos). Todas as decisões e medidas serão fixadas e fundamentadas no Programa Educativo Individual (PEI).

A referenciação obedece a um formulário próprio onde se explicita as razões da mesma e ao qual se anexa a informação relevante, relativa aos fatores determinantes de necessidades educativas especiais.

Na Educação Pré-Escolar da rede pública, 1º, 2º e 3º ciclos, a referenciação de uma criança ou jovem que se encontre matriculado em qualquer escola do Agrupamento é dirigida ao Órgão de Gestão e efetua-se por iniciativa dos pais ou encarregados de educação, dos Serviços de Intervenção Precoce, dos docentes ou de outros técnicos que intervêm com a criança ou jovem.

Aos alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) é efetuada uma avaliação especializada com base na Classificação Internacional da Funcionalidade Incapacidade e Saúde (CIF), da Organização Mundial de Saúde.

Sempre que um aluno apresenta NEE's de carácter permanente que o impedem de adquirir as aprendizagens e competências definidas para o ciclo que frequenta, o mesmo beneficia de um currículo específico individual. O Núcleo de Educação Especial pode promover a sua transição para a vida pós – escolar. Todo o trabalho desenvolvido com estes alunos está definido nos respetivos Planos Individuais de Transição (PIT).

No final do ano letivo, os docentes de Educação Especial colaboram com o diretor de turma, bem como com os outros docentes e técnicos que acompanham o desenvolvimento do processo

educativo do aluno para posteriormente elaborarem em conjunto o relatório final do ano, previsto no Decreto-Lei 3/2008.

5 - ÁREAS CURRICULARES NÃO DISCIPLINARES

5.1 - Estudo Acompanhado – 1.º e 2.º ciclos

É uma área que visa essencialmente a apropriação de métodos de estudo, de trabalho e de organização, assim como o desenvolvimento de atitudes e capacidades que favoreçam uma crescente autonomia na realização de tarefas (quadro 11).

Finalidades	Pressupostos	Princípios orientadores
<ul style="list-style-type: none"> - Ajudar o aluno na identificação e análise de estratégias de estudo em função das suas características individuais; - Desenvolver competências de consulta e de utilização de diversas fontes de informação; - Estimular no aluno a capacidade de reconhecer as suas motivações e interesses e de concretizá-los em atividades; - Orientar os alunos na autoavaliação relativamente às estratégias de estudo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de atividades de planificação de tempo de estudo, competências de leitura e de escrita, resolução de problemas, domínio de técnicas específicas, elaboração de apontamentos, preparação para testes, implementação de atividades destinadas a desenvolver outras estratégias de aprendizagem; - Assunção do(s) professor(es) como observador(es) do aluno e de mediador(es) entre outros professores da turma e os alunos; - Promoção junto do aluno da capacidade de definir objetivos pessoais de aprendizagem, levando-o a um melhor conhecimento de si próprio; - Desenvolvimento de estratégias de estudo que possibilitem a aquisição de um conjunto de ferramentas de aprendizagem; - Adequação das práticas às necessidades dos alunos de forma a superar dificuldades de aprendizagem ou possibilitar atividades de enriquecimento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Deve atender às reais necessidades dos alunos, diagnosticadas em Conselho de Turma; - Deve proporcionar o desenvolvimento de capacidades que favoreçam a autonomia na realização de aprendizagens; - Deve promover o desenvolvimento de competências de relacionamento interpessoal e de grupo; - Deve proporcionar acompanhamento em todas as áreas curriculares disciplinares - As modalidades a utilizar devem ser diversificadas, nomeadamente, sessões de estudo que promovam a resolução de alguns trabalhos suplementares; a elaboração de sínteses e organização de trabalhos; a utilização das TIC; e a consulta de dicionários, software educativo e/ou artigos de interesse.

Quadro 10: Finalidades, pressupostos e princípios orientadores para a lecionação da Área de Estudo Acompanhado

5.2 – Apoio ao Estudo de LP e Mat

De acordo com a intenção manifestada no Decreto-Lei n.º 94/2011, de 3 de agosto, estes apoios visam o reforço da aprendizagem de disciplinas estruturantes, como a Língua Portuguesa e a Matemática, com o intuito de promover o sucesso escolar no ensino básico.

5.3 - Formação Cívica

Esta área continuará a perseguir como objetivos: a educação para a cidadania; o diálogo e reflexão sobre experiências vividas, preocupações sentidas, questões relativas à participação individual e

coletiva do aluno na vida da turma, da escola, da comunidade, a partilha e discussão de problemas e ideias relativos a: escola, sociedade, família, ambiente, saúde (quadro 11).

A educação para a cidadania é uma exigência ao professor, independente da área de formação ou área curricular que lecciona, levando a escola a responsabilizar todos os professores de acordo com projectos curriculares articulados e significativos.

As competências transversais na área de Educação para a Cidadania representam o trabalho formativo dos educadores em torno: Da construção da identidade; Do desenvolvimento de relações interpessoais; Do estabelecimento de regras para a vida numa sociedade democrática; Da comunicação e expressão; Da tomada de decisões; Da formação de um pensamento crítico e reflexivo; Da resolução de problemas e Da consecução de projectos.

O Módulo de cidadania e Segurança é desenvolvido nas turmas de 5º Ano.

No âmbito da nova dinâmica para a Promoção da Educação para a Saúde, o Conselho Pedagógico elegeu a área de Formação Cívica como espaço privilegiado para o desenvolvimento de atividades no âmbito das temáticas previstas no Projeto de Educação para a Saúde – PES.

Finalidades	Pressupostos	Princípios orientadores
<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver competências necessárias ao exercício da cidadania; - Desenvolver nos alunos atitudes de autoestima, respeito mútuo e regras de convivência que conduzam à formação de cidadãos tolerantes, autónomos, participativos e civicamente responsáveis; - Promover valores de tolerância, solidariedade e respeito pelos outros; - Estimular a participação ativa dos alunos na Escola e na sociedade; - Proporcionar aos alunos momentos de reflexão sobre a vida da Escola e os princípios democráticos que regem o seu funcionamento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Todos os momentos são propícios à reflexão sobre a educação para a cidadania, nas aulas e fora delas, na participação da organização da vida escolar, nos estudos, nas atividades desportivas, nos tempos livres, no convívio e nas regras que o orientam; - A cidadania exerce-se na participação, cooperação, tomada de decisão e expressão de opinião com liberdade e responsabilidade; - Nesta área devem ser promovidas situações de aprendizagem que integrem dimensões da vida individual e coletiva, bem como conhecimentos fundamentais para compreender a sociedade e as suas instituições; - Aquisição de competências, individualmente e em grupo, para a construção de um projeto de vida saudável nas vertentes física, psíquica e social. 	<ul style="list-style-type: none"> - Esta componente curricular não é da exclusiva responsabilidade de um professor ou de uma disciplina mas, sim, de todas as disciplinas e áreas do currículo, visto abarcar todos os saberes e abranger todas as situações vividas na escola; - Para favorecer o desenvolvimento desta área, existe um tempo semanal no horário dos alunos e do diretor de turma destinado à informação, sistematização e aprofundamento dos assuntos;

Quadro 11: Finalidades, pressupostos e princípios orientadores para a leção da Área de Formação Cívica

Esta área curricular deve ser planificada pelo professor de Formação Cívica, após ouvido o Conselho de Turma, tendo em conta o PE, o PCE, o PCT e o regulamento interno.

Para cumprir as finalidades referidas, a área de Formação Cívica, deve ser um espaço de diálogo e reflexão sobre assuntos específicos apresentados pelos alunos e privilegiar a construção de regras/normas de conduta adequadas.

6- BIBLIOTECA ESCOLAR

A Biblioteca Escolar – BE – constitui um verdadeiro “Centro de Recursos Educativos” multimédia (livros, programas informáticos, periódicos, registos vídeo e áudio, diapositivos, filmes, CD-ROM, etc.), ao dispor de alunos, de professores e, em condições específicas, de outros elementos da sociedade.

A BE constitui-se como um núcleo da organização pedagógica da escola, vocacionado para as atividades culturais e para a informação tendo em vista realizar, entre outros, os seguintes objetivos:

- Tornar possível a plena utilização dos recursos pedagógicos existentes e dotar a escola de um fundo documental adequado às necessidades das diferentes disciplinas e projetos de trabalho;
- Permitir a integração dos materiais impressos, audiovisuais e informáticos e favorecer a constituição de conjuntos documentais, organizados em função de diferentes temas;
- Desenvolver nos alunos competências e hábitos de trabalho baseados na consulta, tratamento e produção de informação, tais como: selecionar, analisar, criticar e utilizar documentos; desenvolver um trabalho de pesquisa ou estudo, individualmente ou em grupo, por solicitação do professor ou por iniciativa própria; produzir sínteses informativas em diferentes suportes;
- Estimular nos alunos o prazer de ler e o interesse pela cultura nacional e universal;
- Ajudar os professores a planificarem as suas atividades de ensino e a diversificarem as situações de aprendizagem;
- Associar a leitura, os livros e a frequência de bibliotecas à ocupação lúdica dos tempos livres.

7- PROJETOS

7.1 – Plano Nacional de Leitura – PNL

A fim de melhorar as competências de leitura e escrita dos alunos, os professores de Língua Portuguesa desenvolvem, semanalmente, atividades no âmbito do Plano Nacional de Leitura (leitura extensiva de textos de géneros/tipologias diversos; leitura oral; escrita criativa).

O PNL assume, junto de alunos e EE, um papel importante na medida em que pretende: promover a leitura, assumindo-a como fator de desenvolvimento individual e de progresso coletivo; criar um ambiente social favorável à leitura; inventariar e valorizar práticas pedagógicas e outras atividades que estimulem o prazer de ler; criar instrumentos que permitam definir metas para o desenvolvimento da leitura e enriquecer as competências dos atores sociais, desenvolvendo a ação de professores e de mediadores de leitura, formais e informais. Por outro lado, visa ainda desenvolver as competências de escrita, através da produção de textos de diferentes tipologias individualmente ou no grupo/turma.

No âmbito deste projeto o departamento desenvolve atividades em articulação com a BECRE, constando algumas delas no PAA.

7.2 – Plano de Ação para a Matemática – PAM/PM

O Plano de Ação para a Matemática abrange o 1º Ciclo (4º Ano) e todos os alunos e professores de Matemática dos 2º e 3º ciclos. A intervenção prioritária do plano visa melhorar os resultados dos alunos na matemática no final de cada ciclo de escolaridade.

São implementadas algumas medidas ao nível da escola e do departamento, nomeadamente, a elaboração do plano de melhoria de resultados, a continuidade pedagógica, a aquisição de materiais e equipamentos, a articulação com a Língua Portuguesa e a formação contínua de docentes.

O PAM parte da identificação das causas e problemas para a seleção das seguintes estratégias de intervenção: adequar o espaço comum de trabalho para os docentes de matemática; adquirir e utilizar material didático que permita aprendizagens significativas; frequentar ações de formação docente específica da matemática; articular a comunicação Matemática com a Língua Portuguesa; reforçar as aprendizagens com o respetivo professor; realizar atividades específicas de descoberta, investigação, experimentação e comunicação matemática; implementar o projeto “Matemática e Sociedade” destinado a alunos com capacidade excecionais na Matemática; - efetivar a assessoria pedagógica nas turmas com menores resultados escolares; dinamizar espaços lúdico - matemáticos com recurso às TIC, jogos e concursos.

7.3 – PES - Projeto de Educação para A Saúde

O Projeto de Educação para a Saúde teve início no ano letivo de 2007/08 e tem como principais objetivos: Desenvolver hábitos de vida saudáveis, mobilizar para a prática desportiva/recreativa, reconhecer os malefícios das SPA (Substâncias Psicoativas), no organismo e na relação com os

outros, reconhecimento da violência como uma manifestação de dificuldades relacionais e entender a afetividade como parte integrante da sexualidade e da comunicação sobre sexualidade.

Todos os alunos dos 1º, 2º, 3º ciclos e EFA abordam os temas no âmbito da Educação para a Saúde.

A operacionalização do PES efetua-se da seguinte forma: no 1º Ciclo os temas integram o currículo de Estudo do Meio; nos 2º e 3º Ciclos o diretor de turma é o responsável pela aplicação do PES à turma, pela sua planificação e inclusão no PCT. O PES é aplicado em cada turma: em FC pelo DT e/ou outras disciplinas de forma transversal (*projetos ou nº de sessões a definir em CT para abordar o tema do ciclo*); Cursos de Adultos - Novas Oportunidades- cursos EFA.

O Grupo de Trabalho do PES – GTPES - sugere, a título de exemplo, as seguintes estratégias, para aplicação do projeto: debates; criação de blogues; apresentações públicas; trabalhos de grupo (em diferentes formatos); criação de páginas na Internet; publicação de artigos no jornal da escola; animação de sessões para os mais novos e dramatizações.

O GTPES organizou e mantém atualizado na BECRE e no MOODLE diversos recursos, como sejam: Sites para pesquisa na Internet; DVD's sobre os vários temas; contatos de várias entidades e material impresso diverso.

A avaliação do PES é feita em documento próprio, a preencher pelo Conselho de Turma nas reuniões de avaliação de cada período. A avaliação dos alunos é formalizada na ficha de proposta de avaliação de Formação Cívica.

O PES tem como metas, não só os objetivos supracitados, mas também o envolvimento da comunidade educativa, pelo que se realizam, ao longo do ano letivo, atividades conjuntas. Assim sendo, estes objetivos e metas enquadram-se no PE nas áreas prioritárias - B. Cidadania e ambiente escolar e C. Relação da escola com a comunidade.

7.4 – Plano Tecnológico da Educação – PTE

Procura-se dar resposta direta à área prioritária A – Qualidade e sucesso escolar (constante do PE), mais concretamente o objetivo A4.2 – Melhorar o nível de utilização e desempenho informático em todas as unidades.

7.5 – SATA – Serviço de Atendimento ao Aluno

Para a concretização dos principais objetivos do SATA: mediação de conflitos resultantes das relações aluno/aluno, aluno/professor e aluno/auxiliar de ação educativa; diminuição das situações de indisciplina e melhoria das regras de convivência é constituído, anualmente, um grupo de professores que desempenham funções neste serviço. Assim, é elaborado um horário que abrange, preferencialmente, o período do dia em que há maior número de turmas a funcionar na Escola.

Os serviços prestados no âmbito do SATA funcionam em gabinete próprio. Os alunos dirigem-se ao serviço por iniciativa própria, para exporem qualquer problema relacionado com a sua vida escolar, ou na companhia de um auxiliar de ação educativa, sempre que lhes é dada ordem de saída de sala de aula por um professor. Em qualquer dos casos, o professor que recebe o aluno estabelece com ele um diálogo, para tomar conhecimento do sucedido e, também, para o fazer pensar nas suas atitudes, que nem sempre são as mais corretas, devendo por isso, ser modificadas, no sentido de se conseguir um melhor ambiente de trabalho. No SATA, o aluno dará cumprimento a uma tarefa proposta pelo professor que o enviou, enquanto o professor que o recebe contacta o respetivo Encarregado de Educação para lhe comunicar a ocorrência. Se a situação o exigir, poderão adotar-se outras estratégias conjuntamente com o Diretor de Turma e o Encarregado de Educação, solicitando a presença deste último na escola, para a resolução do problema.

Todas as situações acompanhadas pelo SATA são devidamente registadas em impressos próprios e, posteriormente, encaminhadas para os respetivos Diretores de Turma que darão continuidade ao processo. À terceira reincidência e, numa tentativa de aumentar o sentido de responsabilidade do aluno, estabelece-se com este um Contrato.

Com os procedimentos e as estratégias que desenvolve, o SATA pretende cumprir metas das três áreas prioritárias do Projeto Educativo. A melhoria dos aspetos perturbadores da convivência escolar, a gestão de conflitos, a prevenção e combate da indisciplina concorrem para reduzir o número de ocorrências disciplinares. Através dos contactos estabelecidos com os encarregados de educação procuramos um maior envolvimento destes na vida da Escola. Com uma maior responsabilização por parte dos alunos, pretendemos criar um bom ambiente de trabalho, com o qual contribuimos para alcançar o sucesso escolar.

7.6 - Terceira Hora de Direção de Turma

A escola, atendendo à solicitação do CDT, atribui, a todos os DT, uma hora da sua componente não letiva uma vez que, nos últimos anos, o papel de DT assumiu um crescente grau de complexidade e responsabilidade, tendo ultrapassado largamente as competências previstas, para o desempenho deste cargo, das quais se salientam: elaboração, coordenação e acompanhamento de PEI's e PIT's; a planificação e lecionação das aulas de FC, com a diversidade de temas e assuntos exigidos (PES, Segurança, competências sociais, gestão de conflitos ...); elaboração, atualização e coordenação do PCT; a responsabilidade de acompanhamento e avaliação dos planos de: Recuperação, de Acompanhamento e de Desenvolvimento, ao abrigo do Decreto-lei n.º 50/2005; planificação das aulas de POTE.

7.7 Desporto Escolar

O Clube de Desporto Escolar da EB2/3 D. Luís de Mendonça Furtado proporciona o desenvolvimento de um enorme leque de atividades, sempre apoiadas por todos os professores do Departamento de EF da escola.

O Desporto Escolar na escola é constituído por onze Grupos/Equipas distribuídos pelas seguintes modalidades: Multiatividades, Remo; Basquetebol (Iniciados Femininos), Futsal (Iniciados Masculinos) e Boccia.

A Escola Sede é considerada Escola de Referência Desportiva – ERD - em Multiatividades que funcionam integradas no Desporto Escolar todas as segundas feiras à tarde. Esta ERD oferece a todas as turmas da nossa escola a possibilidade de experimentar várias atividades: Orientação, BTT, Remo, Slide, Rapel, Escalada, Tiro c/ Arco, Zarabatana, Canoagem, Tirolesa.

O Clube de DE promove e organiza o 3º Troféu Aventura da Escola, onde participam alunos das 4 escolas que constituem a Associação Desportiva Escolar de Multiactividades do Barreiro, da qual somos escola sede, colabora na organização de outros dois Troféus Aventura.

A nível interno, consta igualmente do PAA: o Corta Mato Escolar, onde são apurados os alunos para participar no corta mato concelhio; o Mega Atletismo, onde são apurados os alunos para participarem no Mega Sprinter e Mega Salto; os Torneios Inter-turmas de Futsal, Basquetebol, Voleibol e Futebol de Praia; o Torneio da Hora, no qual participam as turmas que estão a ter aulas de educação física em simultâneo; o Acampamento Escolar, na Serra da Arrábida, com a participação de alunos, funcionários e professores. O Clube participa em todas as competições do “Compal 3x3 de Basquetebol”.

8 - AVALIAÇÃO DOS ALUNOS

8.1-Primeiro Ciclo

Critérios de avaliação

Os critérios de avaliação abrangem as dimensões apresentadas no quadro 14:

1-As atitudes e Comportamentos	2-Participação e Empenho	3-Conhecimentos
Assiduidade Pontualidade Autonomia Responsabilidade Cumprimento de Regras Cooperação e Relacionamento Interesse pelas atividades propostas Capacidade de autoavaliação	Realização e empenho pelas atividades Autonomia no trabalho individual Organização Apresenta o material escolar	Serão avaliados por cada professor de acordo com o estabelecido pelo respetivo Conselho de Ano. Até à 1ª semana de Novembro, cada ano já terá elaborado um documento com as Competências Essenciais (ou a valorizar mais) em cada área curricular disciplinar e que ficará no dossier de ano para servir de referência aos professores desse ano, nomeadamente em situações de dúvida na avaliação a atribuir ou na transição de ano.

Quadro 12: Dimensões abrangidas pelos critérios de avaliação no 1º ciclo

* A compreensão e expressão em Língua Portuguesa serão avaliadas de forma integrada ao longo das aprendizagens.

Escala de Classificação da Avaliação Formativa

A avaliação formativa expressa-se na seguinte escala de classificação (quadro 15):

M E N Ç Õ E S	Não Satisfaz
	Pouco Satisfatório
	Satisfaz
	Satisfaz Bem
	Satisfaz Plenamente

Quadro 13: Escala de Classificação da Avaliação Formativa

Os instrumentos de avaliação utilizados são, entre outros, grelhas de observação direta, fichas diversificadas, registos de autoavaliação e os produtos realizados.

Avaliação nas Áreas Curriculares Não Disciplinares - A avaliação das áreas curriculares não disciplinares – Estudo Acompanhado e Formação Cívica – deve incidir sobre as competências essenciais gerais e transversais e utilizar elementos provenientes das diversas áreas disciplinares. Na avaliação destas áreas, devem ser considerados: o interesse e participação dos alunos, o empenhamento nas tarefas propostas e as aprendizagens realizadas, tendo em vista a consecução

das competências definidas no projeto curricular de turma, assim como, o reflexo que estas aprendizagens têm nas diferentes áreas disciplinares.

Critérios de Progressão/Retenção no 1º Ciclo

No **1º ano** de escolaridade não há lugar a retenção, exceto se tiver sido ultrapassado o limite de faltas injustificadas, em observância do disposto na Lei nº 30/2002, de 20 de Dezembro (Despacho Normativo n.º 1/2005, Art.º55).

Nos **2º e 3º anos**, transitam os alunos que tenham atingido as Competências Essenciais nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, definidas em Conselho de ano.

No **4º ano**, (final do 1º Ciclo), transitam os alunos que atingiram as Competências Essenciais nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, definidas em Conselho de ano.

Para além das competências essenciais, no 4º ano de escolaridade, no momento da avaliação, devem ser considerados como fatores de ponderação: O uso correto da Língua Portuguesa para comunicar de forma adequada e para estruturar pensamento próprio; A realização de atividades de forma autónoma, responsável e criativa; A cooperação com os outros em tarefas e projetos comuns; A construção progressiva do conceito de número; A compreensão do sistema de numeração decimal; O domínio das operações aritméticas elementares.

8.2 Segundo e Terceiro Ciclos

Critérios de avaliação

A avaliação das aprendizagens assenta nos seguintes princípios orientadores:

- Consistência entre os processos de avaliação e as aprendizagens e competências pretendidas através da utilização de modos e instrumentos de avaliação diversificados, de acordo com a natureza das aprendizagens e dos contextos em que ocorrem;
- Primazia da avaliação formativa, com valorização dos processos de autoavaliação regulada, e sua articulação com os momentos de avaliação sumativa;
- Valorização da evolução do aluno, nomeadamente ao longo de cada ciclo;
- Transparência do processo de avaliação, nomeadamente através da clarificação e da explicitação dos critérios adotados;
- Diversificação dos intervenientes no processo de avaliação.

Assim, os critérios de avaliação abrangem duas dimensões:

- As competências gerais operacionalizadas transversalmente – 20% (quadro 14).

- As competências específicas – 80%

Avaliação das Competências Gerais Operacionalizadas Transversalmente – Indicadores comportamentais

A – Adotar comportamentos responsáveis (8%)	B – Adotar metodologias personalizadas de trabalho e de aprendizagem adequadas a objetivos visados (8%)	C – Usar corretamente a Língua Portuguesa (4%)
<p>Assiduidade e pontualidade</p> <ul style="list-style-type: none"> - Deve ter-se em atenção a gravidade e frequência da atitude. <p>Cumprimento de regras e relações interpessoais</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cumpre as regras previstas no regulamento interno da escola; - Relaciona-se com os membros da comunidade escolar; - Aceita as opiniões do grupo, mesmo que sejam diferentes das suas; - Reconhece o valor da posição coletiva; - Não põe em causa o trabalho do grupo. <p>Material escolar</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliar de acordo com os critérios definidos em departamento disciplinar para a metodologia utilizada pelo professor. 	<p>Organização e apresentação</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ter em conta a forma como o aluno organiza e apresenta o seu trabalho relativamente ao caderno diário, à realização das tarefas propostas e ao material escolar. <p>Autonomia e criatividade</p> <ul style="list-style-type: none"> - Intervém em momentos precisos com sugestões; - Realiza tarefas sozinho; - Ultrapassa dificuldades sem a ajuda de outras pessoas; - Expressa com clareza as suas próprias ideias e opiniões; - Revela capacidade para dar respostas que não foram ainda experimentadas; - Revela capacidade para inferir acerca de situações novas; <p>Participação e empenho</p> <ul style="list-style-type: none"> - Contribui com o seu trabalho e as suas ideias para tarefas comuns; - Intervém de forma adequada; - Colabora nas atividades propostas ou da iniciativa do grupo; - Demonstra interesse pelas atividades; - Manifesta esforço e dedicação na realização de tarefas. 	<ul style="list-style-type: none"> - O professor deve considerar quer a compreensão quer a expressão nas formas oral e escrita. <p>* Nas Línguas Estrangeiras o item C não é avaliado, correspondendo aos itens A e B 10% cada.</p>

Quadro 14: Avaliação transversal das competências gerais.

Avaliação das Competências Específicas (80%)

A Avaliação das Competências Específicas, nas áreas disciplinares, é realizada por cada professor de acordo com o estabelecido pelo Departamento Curricular a que pertence.

2º CICLO DO ENSINO BÁSICO	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE CADA DISCIPLINA – 80%		
DISCIPLINAS	TRABALHO INDIVIDUAL	TRABALHO DE GRUPO	COMUNICAÇÃO ESPECÍFICA
LÍNGUA PORTUGUESA	80*	---	---
INGLÊS	80*	---	---
HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE PORTUGAL	60	20	---
MATEMÁTICA	60	10	10
CIÊNCIAS DA NATUREZA	60	10	10
EDUCAÇÃO VISUAL E TECNOLÓGICA	60	10	10
EDUCAÇÃO MUSICAL	60 Prática 20 Teórica	---	---
EDUCAÇÃO FÍSICA	70 Saber Fazer 10 Saber	---	---
EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA CATÓLICA	20 Saber 30 Valores Cristãos	---	---

Quadro 15: Critérios de avaliação de competências específicas, no 2º. Ciclo, por disciplina.

3.º CICLO DO ENSINO BÁSICO		COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE CADA DISCIPLINA – 80%		
DISCIPLINAS	TRABALHO INDIVIDUAL	TRABALHO DE GRUPO	COMUNICAÇÃO ESPECÍFICA	
LÍNGUA PORTUGUESA	80*	---	---	
INGLÊS	80*	---	---	
FRANCÊS	80*	---	---	
HISTÓRIA	60	20	---	
GEOGRAFIA	60	20	---	
MATEMÁTICA	60	10	10	
CIÊNCIAS NATURAIS	60	10	10	
CIÊNCIAS FÍSICO-QUÍMICAS	60	10	10	
EXPRESSÃO PLÁSTICA	50	30	---	
EDUCAÇÃO VISUAL	60	10	10	
EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA	60	10	10	
TIC	60	10	10	
EDUCAÇÃO MUSICAL	60 Prática 20 Teórica	---	---	
EDUCAÇÃO FÍSICA	70 Saber Fazer 10 Saber	---	---	
EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA CATÓLICA	20 Saber 30 Valores Cristãos 30 Aptidões	---	---	

Quadro 16: Critérios de avaliação de competências específicas, no 3º. Ciclo, por disciplina.

* Nas Língua (materna e estrangeiras) Os 80% são divididos pelas competências (oralidade, escrita, leitura e conhecimento explícito da língua).

Os alunos que não fazem a prática da disciplina de Educação Física por atestado médico são avaliados na componente teórica.

Escala de Classificação da Avaliação Formativa

A avaliação formativa assume sempre um carácter qualitativo.

A escala de classificação consta do quadro 19, bem como o significado de cada menção:

CLASSIFICAÇÃO	ESCALA (%)	Significado das classificações
A	90 – 100	A – Desempenho excecional.
B	70 – 89	B – Desempenho superior à média com algumas insuficiências.
C	50 – 69	C – Desempenho satisfatório, com um certo número de insuficiências significativas.
D	20 – 49	D – Desempenho inferior à média. É necessário um trabalho suplementar para adquirir/desenvolver as competências específicas essenciais.
E	0 – 19	E – Desempenho muito inferior à média. É necessário um trabalho suplementar considerável para adquirir/desenvolver as competências específicas essenciais.

Quadro 17: Escala de classificação da avaliação formativa

Avaliação nas Áreas Curriculares Não Disciplinares

A avaliação das áreas de Formação Cívica, Estudo Acompanhado no 2.º ciclo e Apoio ao Estudo no 3.º ciclo expressa-se de forma descritiva, conduzindo à atribuição de uma menção de **Satisfaz Bem (SB)**, **Satisfaz (ST)** e **Não Satisfaz (NS)**.

A avaliação das Áreas Curriculares Não Disciplinares assume um duplo objetivo:

- 1 - Avaliar o trabalho realizado pelos alunos no espaço próprio dessas áreas;
- 2 - Avaliar o impacto que as aprendizagens realizadas nessas áreas têm nas restantes disciplinas, numa perspetiva transversal.

Sugere-se que sejam seguidos os critérios orientadores da avaliação dos alunos, apresentados no quadro 18.

Áreas	CRITÉRIOS
2.º ciclo - Estudo Acompanhado	Domínio de Métodos de Trabalho e Técnicas de Estudo: Autonomia Organização Domínio de técnicas de estudo
Formação Cívica	Objetivos Específicos da Educação para a Saúde: Relacionamento Interpessoal: Respeito pelo Outro Cooperação Assertividade
3.º ciclo - Apoio ao Estudo	Domínio de Métodos de Trabalho e Técnicas de Estudo: Autonomia Organização Domínio de técnicas de estudo

Motivação e Envolvimento Pessoal:

- Iniciativa
- Interesse
- Persistência
- Participação
- Responsabilidade

Quadro 18: Critérios a observar na avaliação das Áreas Curriculares Não Disciplinares Procedimentos para o registo da avaliação

Antes das reuniões de avaliação, todos os professores deverão, obrigatoriamente, preencher e entregar ao diretor de turma as propostas de avaliação, de forma completa, isto é, indicando o valor correspondente às competências específicas (80%), o valor correspondente às competências gerais (20%), o valor correspondente ao somatório das competências específicas e gerais e a proposta de nível.

Sempre que haja diferenças significativas dos diferentes professores relativamente ao mesmo aluno, no que diz respeito à avaliação das competências gerais, deverá o Conselho de Turma

refletir sobre este fato no sentido de conduzir a uma concertação de estratégias a utilizar no futuro.

O documento com o título “Grelha de Avaliação das Competências Gerais Operacionalizadas Transversalmente” é para utilização do professor, como documento de trabalho, onde poderá registar a avaliação de cada aluno.

Os pesos atribuídos a cada um dos três grupos de competências (adotar comportamentos responsáveis - 8%, adotar metodologias personalizadas de trabalho e de aprendizagem adequadas a objetivos visados - 8% e o uso correto da língua portuguesa - 4%) foram definidos em Conselho Pedagógico e devem ser usados por todos os professores, exceto os docentes de língua estrangeira que não avaliam a Língua Portuguesa (ver quadros 17 e 18).

A proposta de avaliação para cada uma das áreas curriculares não disciplinares deve ser, previamente, entregue ao Diretor de Turma, registada em impresso próprio.

Critérios de Progressão/Retenção nos 2º e 3º Ciclos – 5º, 6º, 7º e 8º Anos

Avaliação Sumativa Interna

A avaliação sumativa interna decorre da aplicação dos Decretos-lei nº6/2001 e nº209/2002 e dos Despachos Normativos nº1/2005, nº50/2005 e nº18/2006).

Critérios específicos a observar no 3º período

Relativamente ao artº 4º do DN nº 50/2005 – Retenção Repetida: Na tomada de decisão acerca de uma segunda retenção em qualquer ano de escolaridade, à exceção do 9º ano, deve ser ouvido o E.E. a fim de dar o seu parecer, após convocatória pelo D.T. e antes da realização da reunião de avaliação.

A decisão de progressão, ou retenção dos alunos, em todos os anos de escolaridade à exceção do 6º e 9º ano deve ser tomada pelo Conselho de Turma, não estando previsto nenhum critério explícito na legislação (Despacho Normativo 1/2005, de 5 de janeiro). Contudo, o Conselho Pedagógico decidiu que: “Os alunos apenas devem transitar com três níveis inferiores ao nível três”.

Os Conselhos de Turma devem ponderar/justificar a progressão quando não se verificar a situação anterior.

Medidas para a Recuperação das Aprendizagens

As medidas para a recuperação das aprendizagens são as que cada Conselho de Turma propõe no âmbito da elaboração dos planos de recuperação e de acompanhamento. No entanto, consideram-se essenciais as aulas de reforço de aprendizagem nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e as salas de estudo para as restantes disciplinas, as assessorias pedagógicas, na disciplina de Matemática, ao abrigo do PAM e a frequência de atividades de enriquecimento do currículo. Igualmente importantes são as aulas de apoio de Português Língua não Materna, destinadas ao ensino específico da LP para alunos estrangeiros.

8.3 Novas Oportunidades - Avaliação

Formações Modulares

A avaliação é contínua e qualitativa e é realizada por uma comissão de avaliação prevista na legislação própria. Os formadores elaboram relatórios individuais, por domínio, nos quais constam os progressos e dificuldades revelados por cada formando, bem como, no final, a menção qualitativa que obtiveram face aos objetivos estabelecidos.

O número e periodicidade dos momentos de avaliação são indicados, por despacho.

Cursos EFA

A avaliação é formativa e reflete o desenvolvimento das aprendizagens dos formandos. Esta informação permite reorientar o processo de formação, ou seja, levar à redefinição e ajuste de processos e estratégias tanto de recuperação como de aprofundamento.

A avaliação incide sobre as aprendizagens e competências, de acordo com os referenciais de formação aplicáveis.

Neste processo de avaliação, informa-se o formando sobre os progressos, as dificuldades e os resultados obtidos no processo de avaliação e a certificação das competências adquiridas pelos formandos ao finalizarem os cursos EFA.

A assiduidade e a pontualidade do formando são fundamentais para a avaliação qualitativa do percurso formativo.

Para efeitos de conclusão do percurso formativo com aproveitamento e posterior certificação, a assiduidade do formando não pode ser inferior a 90 % da carga horária total. Sempre que este limite não seja cumprido cabe à entidade formadora, nos termos do respetivo regulamento

interno, apreciar e decidir, casuisticamente, sobre as justificações apresentadas pelo formando, bem como desenvolver os mecanismos de recuperação necessários ao cumprimento dos objetivos inicialmente definidos.

No início dos cursos que se encontram em funcionamento é aprovada a aplicação dos critérios de avaliação constantes do quadro 19. Quanto ao módulo, aprender com autonomia definem-se como critérios de avaliação a integração, a assiduidade e a participação.

ÁREA DE COMPETÊNCIA CHAVE	Linguagem e Comunicação	Nível	Avaliação
		(LC 1A)	a interpretação e produção de enunciados orais de carácter lúdico e informativo/funcional.
	(LC 1B)	a interpretação de textos simples, de interesse para a vida quotidiana.	
	(LC 1C)	a produção de textos com finalidades informativos/funcionais.	
	(LC 1D)	a interpretação e produção das principais linguagens não verbais, utilizadas no quotidiano.	
	Matemática para a Vida	(MV 1A)	a interpretação, a organização, a análise, o transmitir informação utilizando processos e procedimentos matemáticos.
		(MV 1B)	o uso da Matemática para analisar e resolver problemas e situações problemáticas.
		(MV 1C)	a compreensão e o uso das conexões matemáticas, em contexto de vida.
		(MV 1D)	o raciocínio matemático de forma indutiva e de forma dedutiva.
	TIC	(TIC 1A)	o saber operar em segurança, o saber utilizar o equipamento tecnológico no quotidiano.
		(TIC 1B)	o saber realizar operações básicas no computador.
		(TIC 1C)	o saber utilizar as funções básicas de um programa de processamento de texto.
		(TIC 1D)	o saber usar a Internet para obter informação.
	Cidadania e Empregabilidade	(CE 1A)	o conhecimento da Organização Política dos Estados Democráticos.
		(CE 1B)	o conhecimento da Organização Económica dos Estados Democráticos.
		(CE 1C)	a participação nos temas da educação/formação, profissão e trabalho/emprego.
		(CE 1D)	o conhecimento e trabalho na resolução de problemas.

Quadro 19: Critérios de avaliação aplicados nos cursos EFA

9 - ORIENTAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DOS PROJETOS CURRICULARES DE TURMA

(PCT's)

1º, 2º e 3º Ciclos:

Citando o número 4, do artigo 2º, do Decreto-lei 6/200; *As estratégias de concretização e desenvolvimento do currículo nacional e do projeto curricular de escola, visando adequá-los ao contexto de cada turma, são objeto de um projeto curricular de turma, concebido, aprovado e avaliado pelo professor titular de turma, em articulação com o conselho de docentes, ou pelo conselho de turma, consoante os ciclos.*

Assim, o Projeto Curricular de Turma tem como objetivo adequar o currículo definido para a escola ao contexto e especificidade de cada turma, permitindo a articulação horizontal e vertical que só as situações reais permitem concretizar. A elaboração deste projeto é da responsabilidade de todo o Conselho de Turma, sob a coordenação do Diretor de Turma, nos 2º e 3º ciclos, ou, do professor titular da turma, em articulação com o Conselho de Docentes, no 1º ciclo.

O Projeto Curricular de Turma tendo como referência o Projeto Curricular de Escola, atende às especificidades de cada turma para: definir as prioridades do trabalho de aprendizagem; as competências essenciais e transversais adequadas e os conteúdos, tudo isto, a partir da situação real.

1- Identificação

- Alunos
- Delegado e subdelegado
- Chefe de fila e suplente
- Professor Titular de Turma ou professores do CT (incluindo professor de Educação Especial, professores das atividades de enriquecimento do currículo que tenham alunos a frequentar)
- Representante do Encarregados de Educação da Turma
- Outros intervenientes

2- Caracterização Socioeconómica dos alunos/famílias

Dados recolhidos através da aplicação de inquéritos, tratamento de dados e registo das conclusões.

A caracterização da turma deve focar vários aspetos: média etária e casos distintos, distância de casa à escola/meio de transporte, hora de saída/chegada a casa, retenções, casos particulares de progressão, subsídios, ensino articulado, Encarregado de Educação, agregado familiar, problemas de saúde, interesses e atividades fora da escola (tempos livres), expectativas em relação à escola,

levantamento dos alunos com NEE e respectivas medidas e planos de apoio, levantamento das situações de alunos com Planos de Recuperação, de Acompanhamento ou de Desenvolvimento.

3- Diagnóstico

- Nível cognitivo nas diferentes áreas curriculares, através de atividades de avaliação diagnóstico de acordo com a especificidade de cada área e/ou ano de escolaridade.
- Nível das competências gerais (atitudes) nas diferentes áreas curriculares.

4- Definição de Metas Educativas

- Estabelecimento de competências prioritárias nas diferentes áreas curriculares.
- Estabelecimento de competências gerais prioritárias com vista à operacionalização transversal

5- Estratégias de ação

5.1. Na sala de aula

Regras, critérios de atuação comuns do CT, plantas específicas de sala de aula, outras.

6- Planificação

- Todas as áreas curriculares disciplinares;
- Planificação das atividades, nas áreas curriculares não disciplinares;
- Articulação Curricular.

7- Apoios Educativos

- Apoio ao Estudo/Salas de Estudo;
- Aulas de Reforço;
- Propostas de frequência de clubes;
- Apoio Individual na Sala de Aula pelos professores de Ensino Especial;
- Apoio individualizado pelos professores de Ensino Especial;
- Assessoria pedagógica;
- Planos Recuperação, Acompanhamento e Desenvolvimento;
- Língua Portuguesa não materna;
- Outros.

8- Avaliação dos alunos

Aferição de percentagens relativas às competências gerais operacionalizadas transversalmente e aplicação dos critérios de avaliação específicos de cada disciplina.

9- Avaliação do PCT

A avaliação é realizada em três momentos:

- 1.º Momento – final do 1.º período
- 2.º Momento – final do 2.º período
- 3.º Momento – final do 3.º período

8- O que avaliar

- Progressos dos alunos pela comparação de resultados, quer da avaliação formativa, quer da sumativa interna;
- Progressos dos alunos com NEE;
- Progressos dos alunos através da avaliação das CGOT;
- Efeitos da aplicação das medidas de apoio;
- Avaliação dos Planos de Recuperação e Acompanhamento;

Tendo em atenção os esforços e diversificação de estratégias/atividades do Conselho de Turma, no sentido de envolver os alunos no seu processo de aprendizagem e o respetivo retorno dos alunos, pelo menos ao nível da manifestação dos seus interesses que sejam compatíveis com as competências gerais e específicas do currículo e da escola.

Em resultado dos momentos de avaliação o PCT deve ser ou não reformulado, nomeadamente nos aspetos:

- Sala de aula
- Planificação
- Medidas de apoio

Com vista à uniformização de procedimentos e respeito pelas presentes orientações deverá ser criado um modelo para a elaboração dos PCT's, incluindo todos os itens supracitados. Os inquéritos com vista à caracterização Socioeconómica dos alunos/famílias devem, também, obedecer a um modelo igual para toda a escola.

10 - AVALIAÇÃO DO PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA

A avaliação deste projeto irá permitir a sua revisão, atualização e adaptação às necessidades dos alunos que frequentam a escola mas também identificar as insuficiências, as lacunas, os obstáculos e ainda procurar as soluções que permitam atingir o objetivo de qualidade aqui expresso.

O grau de cumprimento do PCE é avaliado pelo sucesso alcançado nas várias dimensões através dos relatórios elaborados pelos diversos intervenientes (PCT's, Resultados escolares ...)